PORTARIA Nº 8, de 25/5/2011

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de maio de 2010 a abril de 2011.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, especialmente nos arts. 18, 19, 54, 55 e 71, RESOLVE, *ad referendum* da Mesa:

Art. 1º Fica aprovado o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL da Câmara dos Deputados, referente ao período de maio de 2010 a abril de 2011, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Em 25 de maio de 2011.

MARCO MAIA
Presidente

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO CÂMARA DOS DEPUTADOS RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MAIO/2010 A ABRIL/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS (Maio/2010 a Abril/2011)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM	
DESPESA COM PESSOAL		RESTOS A PAGAR	
		NÃO	
		PROCESSADOS	
	(a)	(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.937.478.941,25	148.374.000,00	
Pessoal Ativo	2.042.924.444,02	98.152.000,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	894.554.497,23	50.222.000,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	350.834.981,55	72.204.112,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	39.425.187,61	800.000,00	
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	9.563.307,57	71.404.112,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	301.846.486,37	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.586.643.959,70	76.169.888,00	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	2.662.81	2.662.813.847,70	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VAI	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		524.379.492.000,00	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,50	0,507803	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (1,210000%)	6.344.99	6.344.991.853,20	

LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (1,149500%) FONTE: Receita: STN; Despesa: SIAFI.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ROGÉRIO VENTURA TEIXEIRA Diretor-Geral

RICARDO SOARES DE ALMEIDA Secretário de Controle Interno EVANDRO LOPES COSTA Diretor de Finanças, Orçamento e Contabilidade

6.027.742.260,54